



15 DE FEVEREIRO DE 2016

Segunda-feira

- INDÚSTRIA DIZ QUE RETOMAR A CONFIANÇA É PRIORIDADE
- HORÁRIO DE VERÃO ACABA NO PRÓXIMO DOMINGO (21)
- DEMISSÕES NA INDÚSTRIA METALÚRGICA PODEM CHEGAR A 30 MIL ATÉ JUNHO
- NOVO ICMS SOBRECARREGA E-COMMERCE E PRESSIONA EMPRESAS
- CRISE DA USIMINAS AFETA ECONOMIAS DE CIDADES DA BAIXADA SANTISTA
- CAPITAL REALTY ESPERA DEMANDA SUBIR PARA INVESTIR R\$ 20 MILHÕES
- GOVERNO AMPLIA CRÉDITO DO BNDES PARA DESTRAVAR CONCESSÕES
- CHINA ELEVA IMPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO E COBRE, MAS REDUZ AS DE PETRÓLEO
- GOVERNO DILMA PLANEJA FAZER A MAIOR PRIVATIZAÇÃO DESDE 1998
- PROTESTO CONTRA O AÇO CHINÊS DEVE REUNIR MILHARES EM BRUXELAS
- FORD COLOCA 1,8 MIL TRABALHADORES EM LAY-OFF NA BAHIA
- ARTEB PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DEMITE 220 TRABALHADORES, DIZ SINDICATO
- GOVERNO DEMARCA ÁREAS DE PORTOS NO PR E ESPERA EMPLACAR INVESTIMENTOS DE R\$ 5 BI
- NISSAN TIRA A RENAULT DO VERMELHO EM 2015
- MERCADO SOBE ESTIMATIVA DE INFLAÇÃO PARA 2016 E VÊ RETRAÇÃO MAIOR DO PIB
- TEMPESTADE PERFEITA: PODEMOS ESTAR CAMINHANDO PARA UMA NOVA CRISE GLOBAL?
- TOMBO DA ECONOMIA MINEIRA EM 2016 DEVE SER MAIOR QUE NO PAÍS
- GOVERNO DEIXA REFORMA TRABALHISTA DE LADO PARA PRIORIZAR PREVIDÊNCIA

- O ICMS FOI APROVADO, E AGORA?
- MAIOR INDÚSTRIA DE MÁQUINAS PESADAS DA CHINA ESTUDA NEGÓCIOS NO ACRE
- EMPRESAS CRIAM FERRAMENTAS PARA FACILITAR PAGAMENTO DO ICMS
- RENDA DO BRASILEIRO CAI E RECUA DIANTE DE OUTROS EMERGENTES
- ARGENTINA ANUNCIA FIM DE IMPOSTOS SOBRE EXPORTAÇÃO MINERADORA
- NOVO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO É POSITIVO, MAS FALTA OUSADIA, DIZ VICE-PRESIDENTE DA FIESP
- ThyssenKrupp vê 2016 ainda difícil
- SETOR EÓLICO VAI INVESTIR R\$ 28 BILHÕES EM 2016
- CAIXA-FORTE: AGRALE MONTARÁ EM CAXIAS CAMINHÕES DA CHINESA FOTON

CÂMBIO EM 15/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,995	3,995
Euro	4,453	4,454

Fonte: BACEN

Indústria diz que retomar a confiança é prioridade

15/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Após registrar queda de 8,3% no ano passado, a maior em 12 anos, a indústria brasileira se prepara para novo recuo na produção. Apesar de mais brando, não é visto como recuperação, pois virá em cima de uma base comparativa muito deteriorada.

Setores com destaque no Produto Interno Bruto (PIB) veem 2016 tão ou mais difícil que 2015.

O dólar valorizado deve ajudar alguns segmentos, mas não é a tábua de salvação. Muitas empresas perderam os clientes no período do dólar barato e retomar contratos será tarefa árdua.

Recuperação econômica e volta da confiança de consumidores e investidores estão no topo da lista dos empresários como primordial para suas atividades. Mas setores como aço, autopeças, máquinas e equipamentos, químico, vestuário, veículos e eletroeletrônicos também têm demandas específicas vistas como urgentes para melhorar o desempenho.

Todas dependem de medidas a serem adotadas pelo governo. Algumas passam por liberação de subsídios, o que conflita com o ajuste fiscal que o governo tenta aprovar.

José Augusto Fernandes, diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), confirma que qualquer medida para melhorar a economia envolve decisões do governo que apontem para um cenário de recuperação da confiança. "É preciso construir uma agenda em cima do pilar fiscal e da competitividade".

Para ele, apesar das demandas de cada setor, as questões a serem enfrentadas são tributação, relações do trabalho e desburocratização.

Na opinião de Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a precondição para mudar o clima de incertezas seria o fim, ainda nesse trimestre, da crise política.

Enquanto isso, apela para um programa de modernização do parque fabril, cuja idade média é de 17 anos, ante 8 anos, por exemplo, na Alemanha.

O problema é que a proposta envolve subsídios, pois a ideia é que 15% do imposto recolhido na aquisição de uma máquina nova para substituir a antiga seja devolvido em forma de crédito a ser usado para abater de qualquer imposto federal.

Outro setor que pede um programa de renovação de frota é o automotivo. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, ressalta, porém, que o desafio maior é recuperar a confiança do consumidor. "É preciso minorar o fantasma do desemprego."

Não há previsões de recuperação do mercado de carros no curto prazo e a exportação perdeu competitividade após mais de dez anos de câmbio oscilando para baixo.

O setor vem apresentando melhora na venda externa, mas Moan ressalta que "o caminho é longo, pois não se trata de abrir novos mercados, mas de reconquistar o que já tínhamos."

Há dez anos, a indústria automobilística exportou 35% de sua produção, participação que hoje está em 17%. Novos acordos comerciais, na visão de Moan, são outra demanda do setor, que opera com metade de sua capacidade produtiva.

RITMO LENTO

● Indústria prevê mais um ano difícil

Resultados			
SETORES	DESEMPENHO	EM 2015	PREVISÃO PARA 2016
Aço	Vendas internas	-16%	-3,9%
Autopeças	Faturamento nominal	-17,7%	+1,3%
Eletroeletrônicos	Faturamento real	-10%	-6%
Máquinas e equipamentos	Produção	-14,4%	-6%
Químicos	Vendas	-3,4%	Nova queda
Veículos	Produção	-26,6%	-7,5%
Vestuário	Produção	-35%	Nova queda
Indústria nacional	Produção	-8,3%	-3,8%

Demissões

SETORES	EM 2015 EM MILHARES	PREVISÃO PARA 2016
Aço	22,3	6,8 mil no 1º sem.
Autopeças	29,8	8,4 mil
Eletroeletrônicos	45,5	Mais demissões
Máquinas e equipamentos	45,0	De 15 mil a 20 mil
Químicos	2,4	Estabilidade
Veículos	14,7	Mais demissões
Vestuário	60,0	Mais demissões
Indústria nacional	608,9	Mais demissões

FONTES: IABR, SINDIPEÇAS, ABINEE, CNI, IBGE, CAGED, ABIMAQ, ABIQUIM, ANFAVEA E SINDIVESTUÁRIO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Excedente. Segundo o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, no caso do aço há um complicador extra, que é o excedente de 700 milhões de toneladas do produto no mundo todo, o equivalente a 14 vezes a capacidade produtiva brasileira.

Desse total, 400 milhões são da China. O país asiático respondia por 1,3% das importações locais de aço em 2000, porcentual que hoje passa de 50%.

Uma das bandeiras do IABr é o aumento da alíquota do Imposto de Importação, medida que ele não vê como protecionista. "O mundo inteiro está se protegendo, seja com salvaguardas, impostos ou mecanismos antidumping", diz Lopes.

"O Brasil está sendo bombardeado pelas importações e na hora de exportar tem dificuldades, porque o preço internacional caiu", afirma Lopes, que não acredita em retomada do mercado interno até 2017.

Fernando Figueiredo, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), reclama que o setor tem grandes dificuldades com a escassez e o custo de matérias-primas.

"O gás natural no Brasil custa de três a quatro vezes mais que o preço americano".

No caso da nafta, o executivo defende a criação de uma fórmula vinculada ao mercado internacional para determinar seu preço.

"Com o preço atual, não teremos novos investimentos no setor nos próximos cinco anos". Por ter mão de obra altamente qualificada, a indústria química reluta em demitir, mas, em 2015, ocorreu uma baixa de 0,6% no número de vagas, a primeira em 15 anos.

Horário de verão acaba no próximo domingo (21)

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O horário de verão acaba à zero hora do próximo domingo, 21 de fevereiro, quando os relógios devem ser atrasados em uma hora nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A atual edição do horário de verão começou no dia 18 de outubro de 2015 nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A expectativa do governo é economizar R\$ 7 bilhões, que representa o valor que teria de ser investido no sistema elétrico para atender a um consumo maior.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, nos últimos dez anos, a medida tem possibilitado redução média de 4,5% na demanda por energia no horário de maior consumo e uma economia absoluta de 0,5%, o que equivale, em todo o período do Horário de Verão, a aproximadamente ao consumo mensal de energia da cidade de Brasília, com 2,8 milhões de habitantes.

Demissões na indústria metalúrgica podem chegar a 30 mil até junho

15/02/2016 – Fonte: EM.com

A extensão a que chegaram as demissões na indústria metalúrgica preocupa em polos produtores não só do aço, como da cadeia movida pelo setor. Em Sete Lagoas, na Região Central de Minas Gerais, o sindicato local dos metalúrgicos registrou as dispensas de 3,2 mil trabalhadores no último ano que estavam há mais de 12 meses em serviço.

Segundo o presidente da entidade e da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos da Força Sindical em Minas, Ernane Geraldo Dias, dos 23 produtores independentes de ferro-gusa que atuam na cidade, nove estão operando e do total de 37 fornos existentes apenas 13 permanecem ligados.

O desemprego é grande também nas empresas do setor de autopeças, que atendem às montadoras Iveco, do grupo Fiat, instalada em Sete Lagoas, e à fábrica de automóveis da empresa italiana de Betim, na Grande Belo Horizonte. "Vivemos um cenário muito ruim.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos) aponta que o Brasil poderá ver demitidos mais de 30 mil metalúrgicos neste primeiro semestre", afirma Ernane Dias. Em Minas Gerais, dados da Fiemg indicam que no ano passado o nível do emprego no ramo da metalurgia caiu 8,7%, ante a média de 7,3% da indústria no estado. Em dezembro, a atividade operava com 58,4% da sua capacidade total instalada de produção.

Entre as siderúrgicas que anunciaram desligamento de altos-fornos, como ajuste à crise do setor, estão Usiminas, em Ipatinga e Cubatão, e CSN. A siderúrgica mineira confirma que até meados deste mês 1,8 mil trabalhadores diretos terão sido demitidos

na usina paulista. Recentemente, foi a vez de o grupo Vallourec, um dos maiores fornecedores mundiais de tubos de aço sem costura, anunciar um plano de reestruturação, que determina em abril o desligamento do alto forno 2 da Usina Barreiro em Belo Horizonte, antiga Mannesmann, e a desativação do alto-forno 1 e da aciaria na mesma fábrica no segundo semestre de 2018.

A companhia decidiu concentrar toda a produção de ferro-gusa e aço na nova usina de Jeceaba, na Região Central de Minas Gerais. Na usina de BH permanecerão operando os laminadores e as plantas de acabamento de tubos.

“A empresa terá dois anos para minimizar os impactos sociais dessas medidas por meio de transferências internas na própria Usina Barreiro, transferências voluntárias de empregados de Belo Horizonte para Jeceaba e, também, por meio da rotatividade natural da força de trabalho”, diz o comunicado da Vallourec. A companhia mantém em torno de 3,4 mil empregados na usina de BH e 2,1 mil na siderúrgica de Jeceaba.

Em Jeceaba, os trabalhadores esperam que a siderúrgica inaugurada em 2011, e com tecnologia de ponta, seja beneficiada no plano de reestruturação. “Como a planta é nova, tem tecnologia avançada e é mais econômica, acreditamos que será favorecida no médio prazo”, disse o diretor administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, Carlos José Ribeiro Cavalcanti.

O sindicalista Ernane Dias afirma o plano de renovação da frota nacional de veículos, que está em discussão no governo, é a alternativa com efeitos possíveis para combater a crise na indústria. “Acreditamos muito no plano de reciclagem de veículos. A gente acha que poderia salvar um pouco a lavoura”, afirma.

Novo ICMS sobrecarrega e-commerce e pressiona empresas

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A mudança na cobrança do ICMS em vendas não presenciais entre dois Estados, em vigor desde 1º de janeiro, tem gerado grande dor de cabeça às empresas do comércio eletrônico, sobretudo as de pequeno porte. Com o excesso de burocracia e o aumento de custos, muitos empreendedores pelo País estão parando de vender para outros Estados ou mesmo encerrando as atividades.

Antes, o imposto recolhido em cada operação ficava apenas com o Estado de origem do produto. Com a Emenda Constitucional 87/2015, o ICMS passou a ser repartido com o Estado de destino da venda.

Assim, o empresário agora precisa abrir inscrição fiscal em cada um dos Estados e fazer o recolhimento mensal em uma guia específica ou recolher uma Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) para cada venda realizada a cada consumidor fora de seu Estado.

A operação é bem analógica: a empresa precisa calcular a diferença entre alíquotas, preencher a guia, pagá-la, imprimir o comprovante, anexar ao produto junto com a nota fiscal e só depois enviá-lo.

“Em plena era digital, introduziram um sistema medieval, retrógrado, burocrático, ultrapassado”, diz Guilherme Afif Domingos, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. “Ignoraram que existe uma ferramenta chamada nota fiscal eletrônica. O pagamento poderia ser único e o sistema faria a divisão.”

Se a nova regra onera todas as empresas do ramo com burocracia e custos de operação, as que fazem parte do Simples Nacional, com faturamento anual bruto de até R\$ 3,6 milhões, são ainda mais afetadas, uma vez que, na prática, perdem o tratamento diferenciado de pagar oito tributos em via única.

“No caso do Simples, há um aumento da carga tributária, pois esse diferencial que o empresário terá de recolher não está contemplado naquela alíquota unificada”, explica Tathiane Piscitelli, professora de Direito Tributário da FGV-SP.

Com mais tributos e excesso de burocracia para equipes pequenas, muitas empresas têm repassado custos ao consumidor, atrasado entregas, suspenso vendas para outro Estado ou até fechado as portas. As empresas do Simples representam 70% do volume do e-commerce, 20% do faturamento.

Segundo Afif Domingos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiu um parecer alertando sobre a inconstitucionalidade da medida, mas ela foi mantida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). “O Confaz ignorou totalmente a lei da micro e pequena empresa, que está protegida por lei complementar, cumprindo o tratamento diferenciado previsto na própria Constituição.”

Com base nesse argumento, o Sebrae, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outras entidades ligadas ao comércio eletrônico, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recorreram ao Supremo Tribunal Federal por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

Elas pedem a suspensão do artigo que ignora a diferenciação das micro e pequenas empresas. Segundo o Confaz, as regras não permitem a excepcionalidade para as empresas do Simples.

Crise da Usiminas afeta economias de cidades da Baixada Santista

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A siderúrgica mineira Usiminas, com operações em Ipatinga (MG) e Cubatão (ex-Cosipa), na Baixada Santista (SP), passa por um momento dramático. Altamente endividada e sem caixa para tocar suas operações, a companhia, que já foi um dos principais símbolos da indústria do aço de Minas Gerais e do País, corre risco de entrar em recuperação judicial. O processo de demissões em curso pelo grupo já afeta a economia tanto da Baixada Santista como a de Ipatinga.

Em janeiro, a Usiminas suspendeu as áreas primárias de produção de Cubatão (coquerias, sintetizadores e aciarias), desligou mais um dos seus altos-fornos e deve concluir até o fim deste mês o corte de 1,8 mil trabalhadores diretos.

O anúncio de suspensão das atividades de Cubatão e de cortes foi feito pela siderúrgica em outubro do ano passado. À época, o grupo informou que as medidas tinham de ser feitas para que o grupo pudesse “se readequar à realidade do mercado”. Em maio, um dos altos-fornos de Ipatinga já tinha sido desativado. Agora, apenas dois dos cinco estão em operação.

Há pelo menos três anos a Usiminas tem reduzido suas atividades e demitido funcionários. Procurada na sexta-feira pelo Estado, a empresa informou que não divulga o total de trabalhadores diretos do grupo, nem os números parciais dos desligamentos.

A empresa informou que as recentes demissões somam 1,8 mil funcionários diretos na usina de Cubatão até este mês. Em seu último relatório anual, divulgado em 2014, o grupo reportou que tinha um total de 20,2 mil trabalhadores.

Crise

O setor siderúrgico como um todo passa por um ciclo de baixa, como reflexo da superoferta global e baixa demanda da China, maior consumidora de commodities. No Brasil, a situação se agravou ainda mais com a crise econômica.

O consumo de aço teve forte recuo no mercado interno com a baixa demanda das indústrias automobilística e construção civil, sobretudo, afirmam especialistas ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Em situação financeira delicada e uma disputa societária em curso- os principais controladores, a japonesa Nippon Steel e o grupo ítalo-argentino Techint, romperam relações em setembro de 2014 -, a Usiminas não tem liquidez para atravessar o período mais crítico da crise, de acordo com um dos acionistas do grupo, que pediu para não ser identificado.

A empresa, que vai divulgar na próxima quinta-feira seu balanço de resultados de 2015, está tentando renegociar o alongamento de suas dívidas entre 2016 e 2017, que somam quase R\$ 4 bilhões (de um total de R\$ 8,1 bilhões registrados no terceiro trimestre de 2015) e corre para tentar vender ativos.

Fontes ligadas à empresa afirmaram, contudo, que a companhia dificilmente conseguirá fechar as vendas neste momento. Entre os principais ativos estão a Usiminas Mecânica (de bens de capital), a Musa (mineração) e uma participação na ferrovia MRS, além de imóveis.

Na quarta-feira, um dia antes de divulgar o balanço, o conselho de administração do grupo se reúne para discutir os próximos passos do grupo, segundo outra fonte próxima à empresa.

Capital Realty espera demanda subir para investir R\$ 20 milhões

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Empresa quer expandir estrutura de galpões nos três estados do Sul

A operadora de centros logísticos curitibana Capital Realty está à espera de sinais de recuperação do mercado para tocar investimentos de R\$ 20 milhões neste ano. A empresa, com operações nos três estados do Sul, tem capacidade de elevar rapidamente sua área de galpões logísticos, mas o início das obras depende da demanda.

Em junho do ano passado, a companhia chegou a anunciar a aplicação de R\$ 30 milhões para dobrar a área de galpões de seu centro em Campina Grande do Sul. Os trabalhos de terraplanagem foram realizados e o terreno está pronto para quando houver demanda. Nesse centro, há 21 mil m² de área construída e possibilidade de se chegar a 155 mil m².

A empresa

A Capital Realty foi aberta em 1999 para oferecer serviços logísticos em condomínios, um negócio ainda recente no Brasil. A empresa vem crescendo com um movimento que classifica de "flight-to-quality", quando os clientes mudam de imóvel em busca de serviços melhores. Além dos condomínios, a empresa administra dois centros

construídos no sistema built-to-suit, que atendem contratos de longo prazo de clientes específicos. Eles ficam em Colombo e Cubatão (SP).

A Capital Realty também tem centros logísticos em Itajaí, onde estão construídos 52 mil m² de um potencial de 87 mil m² e outro em Esteio, no Rio Grande do Sul, onde uma área potencial de 60 mil m² já foi 100% construída. Para poder atender a um aumento de demanda em território gaúcho, a empresa tem um projeto de centro em Canoas, que poderá ter até 165 mil m² de área.

“O Mega Canos começa em 2016 com a terraplanagem. Isso nos dará agilidade para as demandas que chegarem, para rapidamente construir o condomínio logístico”, explica Rodrigo Demeterco, presidente da Capital Realty.

Segundo ele, a prioridade no momento é manter os clientes atuais, que garantem uma ocupação de 90% nos galpões da companhia.

“Apesar de 2015 ter sido um ano em que a incerteza dominou o cenário econômico, mantivemos o mesmo número de clientes que em 2014, não apresentamos perdas”, conta. Com isso, o faturamento no ano passado ficou estável e a empresa teve um ganho de 7% em sua rentabilidade como resultado de redução de despesas ao longo do ano.

Para tentar elevar a ocupação, a aposta é no fortalecimento da rede de corretores de imóveis que fazem a intermediação das locações. Eles são responsáveis por cerca de 40% dos contratos da empresa e serão ranqueados de acordo com os negócios fechados e poderão receber uma viagem de até R\$ 10 mil no fim do ano.

Governo amplia crédito do BNDES para destravar concessões

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Oito meses depois de anunciar o endurecimento das condições de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as concessões em infraestrutura, o governo voltou atrás e anunciará, nos próximos dias, que a parcela de recursos a juros baixos fornecida pelo banco aos concessionários será ampliada, segundo informaram técnicos envolvidos no programa.

Atualmente, o banco empresta pelo menos 35% do valor do projeto ao custo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada em 7,5% ao ano. A expectativa é que essa parcela suba para algo como 60%, bem próxima dos 70% oferecidos na primeira etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

O governo decidiu melhorar as condições de financiamento depois de constatar que elas haviam se tornado uma ameaça à retomada do programa de concessões. Os juros salgados estavam tornando os investimentos muito caros, reduzindo-lhes a rentabilidade e afastando potenciais interessados.

Fontes revelaram que, nas discussões internas, houve quem defendesse a volta do desenho adotado na primeira fase do PIL. A tendência, porém, é que esse nível não seja alcançado.

Por outro lado, deve ser mantido o escalonamento adotado na segunda etapa do PIL, no qual o banco entra com uma parcela maior do empréstimo se o concessionário emitir debêntures em infraestrutura. O banco também poderá entrar nas concessões como acionista.

Existe ainda a possibilidade de haver mais recursos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) para as concessões. Destruídos, esses recursos serão mais uma alternativa para o concessionário bancar parcela para a qual ele não conseguir recursos do BNDES.

Mais barato

Essas medidas deverão baratear o crédito, o que tem impacto direto no retorno do investidor. Na primeira etapa do PIL, lançada em 2012, a taxa média de retorno do acionista girava em torno de 15% a 16%, graças à forte participação dos bancos públicos.

Por causa desse desenho, as concessionárias puderam oferecer deságios elevados nos leilões, o que proporcionou uma redução da ordem de 50% nas tarifas máximas propostas pelo governo.

Agora, com os juros mais elevados, a expectativa de retorno caiu para perto de 13%. É um ganho menor, num cenário de retração e incertezas muito maiores do que as vistas na primeira rodada do PIL, estava afastando os investidores.

A participação mais forte do BNDES vai, porém, na direção contrária à adotada desde o fim de 2014, quando o governo constatou que não teria mais recursos para aportar no banco. Ainda na gestão de Guido Mantega, o governo endureceu as condições dos empréstimos.

O trabalho continuou na gestão de Joaquim Levy, que logo após ser indicado para o posto de ministro da Fazenda fez um discurso no qual fez um ataque indireto à política de empréstimos a juros subsidiados do BNDES. Sua equipe dedicou boa parte do ano passado à desmontagem desse arcabouço. Agora, ao que tudo indica, haverá outra guinada.

Em junho de 2015, quando a segunda etapa do PIL foi lançada, o governo contava com financiamentos externos para dar continuidade ao programa. Porém, a perda do grau de investimento pelo Brasil torna essa alternativa mais difícil.

China eleva importações de minério de ferro e cobre, mas reduz as de petróleo

15/02/2016 – Fonte: Paraná Online

As importações de minério de ferro e cobre da China subiram em janeiro em relação a igual mês do ano passado, mas as de petróleo bruto recuaram, segundo dados divulgados pela Administração Geral de Alfândega do país.

No mês passado, as compras chinesas de minério de ferro registraram avanço anual de 4,6%, a 82,19 milhões de toneladas, enquanto as de cobre avançaram 7,3%, a 440 mil toneladas.

As importações de petróleo bruto, por outro lado, caíram 4,6%, a 26,69 milhões de toneladas, na comparação anual de janeiro.

Governo Dilma planeja fazer a maior privatização desde 1998

15/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Em busca de recursos para aliviar o caixa, o governo e grandes estatais preparam o maior processo de privatizações federais desde o leilão do Sistema Telebras, há quase duas décadas.

Se tudo correr como o planejado, Petrobras, Eletrobras e a União vão arrecadar neste ano mais de US\$ 18 bilhões com a venda de ativos e participações em empresas – o segundo maior valor anual desde a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1991, abaixo apenas dos US\$ 24 bilhões de 1998.

Ao que parece, o rombo das contas públicas e as dificuldades financeiras das estatais passaram a pesar mais que a ideologia petista, contrária às privatizações. Mas não será fácil conseguir esse dinheiro todo.

O Planalto terá de vencer a resistência do próprio PT, de aliados e de sindicatos. Deve enfrentar questionamentos na Justiça e no Tribunal de Contas da União (TCU). E vai lidar com um cenário econômico dos mais adversos, que tende a rebaixar preços de venda ou inviabilizar operações inteiras.

A própria falta de hábito pode dificultar o processo. Segundo dados do BNDES, de 2003 a 2014 os governos de Lula e Dilma Rousseff levantaram US\$ 400 milhões com a venda de estatais. Pouco, perto dos quase US\$ 12 bilhões de Fernando Collor e Itamar Franco e dos US\$ 49 bilhões de Fernando Henrique Cardoso.

“O momento não é o mais propício para vender empresas e ativos, mas pode-se contornar isso com plano bem estruturado”, diz José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre). “O problema é que o governo não tem uma estratégia clara, até por ter uma dificuldade ideológica com a palavra privatização.”

Alvo de críticas

A maior parte das vendas planejadas para 2016 faz parte do que a Petrobras chama de “programa de desinvestimentos”. A empresa pretende levantar US\$ 14,4 bilhões para chegar a julho de 2017 sem precisar captar dinheiro no mercado ou receber aportes do Tesouro.

A condução do programa é alvo de críticas. Em janeiro, a Justiça suspendeu a venda de 49% da subsidiária Gaspetro para a japonesa Mitsui sob os argumentos de que faltou transparência na definição do valor da transação (R\$ 1,9 bilhão) e de que não ficou claro se houve concorrência.

“A Petrobras está sendo açodada. Pode ser questionada judicialmente e com certeza será pelo TCU, que vai avaliar se a operação foi eficiente do ponto de vista econômico”, prevê Egon Bockmann Moreira, professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná. “A própria sinalização da empresa, de que quer levantar determinado valor a qualquer custo, já motiva o mercado a oferecer menos.”

Dinheiro

A Eletrobras quer privatizar a distribuidora Celg-D, de Goiás, avaliada em R\$ 2,8 bilhões, na qual detém pouco mais de 50% do capital. Em paralelo, receberá R\$ 7 bilhões do Tesouro para sanear outras seis distribuidoras que tentará passar adiante no futuro.

O dinheiro obtido por Petrobras e Eletrobras tende a ficar no caixa das empresas. As duas operações que podem gerar receitas imediatas para a União são as aberturas de capital da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Numa projeção otimista, o governo pode levar cerca de R\$ 5 bilhões, considerando sua fatia nas duas companhias. Mas o mau momento do mercado financeiro, que impediu esses dois negócios em 2015, tende a limitar os ganhos.

Contas públicas

As privatizações planejadas para este ano podem aliviar, mas não resolvem a situação das contas públicas. Mesmo que os negócios sejam bem-sucedidos, poucos acreditam que o governo cumprirá a meta de superávit primário de R\$ 30,5 bilhões (0,5% do PIB). Em 2015, o setor público teve déficit primário de R\$ 111,2 bilhões (1,88% do PIB).

"Desinvestimento" da Petrobras afeta unidades no Paraná

Os "desinvestimentos" da Petrobras tendem a afetar suas unidades no Paraná. Embora não haja uma lista oficial, informações vazadas à imprensa dão conta de que a empresa vai se desfazer de gasodutos, termelétricas, da área de fertilizantes e de fatias em subsidiárias como a Transpetro e a BR Distribuidora e também na petroquímica Braskem.

A maior fábrica de fertilizantes da Petrobras é a Fafen-PR, que fica ao lado da refinaria Repar, em Araucária. Inaugurada em 1982, ela foi privatizada em 1993 e novamente adquirida pela Petrobras em 2013, por US\$ 234 milhões. Na ocasião, a estatal prometeu investir US\$ 144 milhões na unidade até 2017.

A Petrobras também detém 20% da termelétrica UEG Araucária, controlada pela Copel. Além disso, a venda de 49% da Gaspetro, se concretizada, vai mexer na composição acionária da Compagas, empresa controlada pela Copel que distribui gás natural canalizado no Paraná. A participação direta e indireta da Mitsui, hoje com 24,5% da Compagas, subirá a 36,5%.

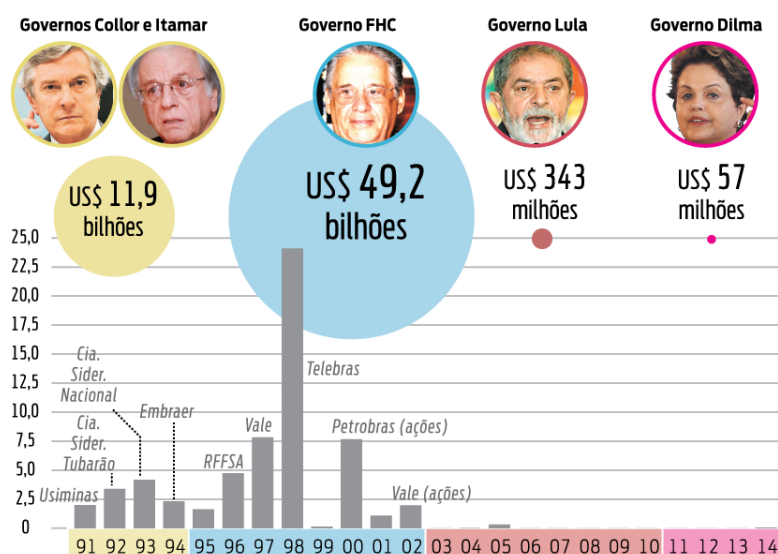
Sindicatos de petroleiros prometem se mobilizar contra a venda de ativos e empresas da Petrobras. "Somos contrários a essa visão imediatista, financista. Fazer uma oferta tão grande de ativos num momento como esse é querer vendê-los a preço de banana", diz Mário Dal Zot, presidente do Sindipetro PR/SC.

Procurada, a Petrobras não se manifestou para esta reportagem.

QUEM DÁ MAIS?

Se a Petrobras, a Eletrobras e o governo venderem tudo o que planejam, as privatizações deste ano podem ser as maiores desde 1998, quando o governo vendeu o Sistema Telebras.

Privatizações federais por ano, em US\$ bilhões (1)



*Em itálico, algumas das estatais privatizadas

O que o governo e as estatais querem vender em 2016

	Valor da operação	Fatia da União na operação (7)	
	US\$ milhões (2)	US\$ milhões (2)	% do total
Petrobras (ativos e subsidiárias) (3)	14.400	4.133	28,7
Eletrobras (Celg-D) (4)	700	161	23,0
Caixa (abertura de capital da Caixa Seguridade) (5)	1.625	780	48,0
IRB (abertura de capital) (6)	1.750	482	27,6
Total	18.475	5.556	30,1

- (1) Os valores se referem à venda de estatais federais e às dívidas transferidas aos novos donos. As cifras não incluem concessões.
- (2) Com o dólar cotado a R\$ 4.
- (3) A empresa não divulga uma lista do que venderá, apenas que pretende arrecadar US\$ 14,4 bilhões com as operações. A União é dona de 28,7% da Petrobras.
- (4) A Eletrobras é dona de 50,93% da distribuidora Celg-D, avaliada em cerca de R\$ 2,8 bilhões. A União detém 45,08% da Eletrobras.
- (5) Objetivo da União é oferecer, na Bolsa, 25% do capital da Caixa Seguridade. O valor esperado para o negócio (R\$ 6,5 bilhões) foi estimado a partir de declarações da presidente da Caixa Econômica. O banco, controlado pela União, é dono de 48% da Caixa Seguridade.
- (6) O valor projetado para o negócio (R\$ 7 bi) é a estimativa de alguns analistas. Estimativa de receita da União considera a venda de toda a sua participação na empresa (27,56%).
- (7) A União não vai dispor imediatamente desses recursos. Nos casos da Petrobras e da Eletrobras, o dinheiro tende a ficar no caixa das empresas.

Protesto contra o aço chinês deve reunir milhares em Bruxelas

15/02/2016 – Fonte: Paraná Online

Representantes da indústria de aço da Europa querem tomar as ruas de Bruxelas na segunda-feira, na tentativa de pressionar autoridades europeias a não conceder o status de economia de mercado à China. A medida tornaria mais difícil para empresas europeias se protegerem contra as exportações mais baratas do gigante asiático.

O protesto, que deve reunir cerca de 5 mil trabalhadores e empresários, segundo estimativas dos organizadores, acontece após governos europeus advertirem que o setor sofre um risco significativo de colapso.

Ele também deve alimentar o debate sobre as denúncias de que a China tenta aumentar sua participação ao vender o produto abaixo dos preços de mercado, justamente em um momento em que o mundo passa por um período de excesso de oferta de aço.

Caso a União Europeia conceda o status de economia de mercado à China, fica mais difícil impor tarifas sobre os produtos chineses. Pequim, no entanto, afirma que um acordo de 2001 permitindo que ela se juntasse à Organização Mundial do Comércio (UE) significa que ela deve receber o status de economia de mercado em dezembro de 2016.

Industriais europeus afirmam que Pequim dá subsídios para impulsionar suas exportações e minar a competição no exterior. Para eles, a economia chinesa ainda é controlada pelo Estado e a UE deve levar isso em consideração na hora de conceder o status.

"Se a China obtiver o selo de economia de mercado, isto minaria a efetividade dos instrumentos de defesa do comércio da UE", disse Axel Eggert, diretor-geral da associação do Aço europeu, a Eurofer.

A indústria de aço europeia demitiu milhares de trabalhadores nos últimos meses, reflexo do excesso de capacidade no continente. Nos últimos dois anos, o segmento assistiu às importações de aço chinesas dobrarem de tamanho dentro da região, o mesmo tempo em que os pedidos feitos às companhias europeias voltaram a níveis anteriores ao da crise financeira de 2008.

"Na Europa, temos uma enorme crise de importação em massa causada pelos chineses. Este é o porquê a UE deve utilizar seus instrumentos de proteção ao comércio contra o dumping da China da forma mais rápida possível", diz Hans Jürgen Kerkhoff, presidente da associação alemã do aço. Ele espera levar 1,5 mil trabalhadores para participar da manifestação.

Atualmente, a UE tem 37 medidas de defesa ao comércio contra a importação de produtos de aço. 16 delas envolvem diretamente a China.

Ford coloca 1,8 mil trabalhadores em lay-off na Bahia

15/02/2016 – Fonte: Paraná Online

A Ford colocará cerca de 1,8 mil trabalhadores da fábrica de Camaçari (BA) em lay-off (suspensão temporária dos contratos) a partir de 14 de março. A medida será adotada por causa do fim do terceiro turno de trabalho na fábrica que produz os modelos Ka e EcoSport.

Além disso, a Ford abriu um programa de demissão voluntária (PDV), que já obteve adesão de 347 trabalhadores, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim.

"É a primeira vez que o lay-off é adotado em uma empresa na Bahia", diz Bonfim. "Foi a forma que encontramos para preservar empregos até a economia melhorar." O grupo que será afastado por cinco meses envolve pessoal da Ford e de fornecedores de componentes que atuam dentro da unidade.

No período de lay-off, os trabalhadores recebem parte dos salários (cerca de R\$ 1,4 mil) pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e precisam frequentar cursos de requalificação profissional indicados pelas próprias empresas.

Além dessa medida, a maioria dos cerca de 8 mil funcionários da Ford está em férias coletivas desde segunda-feira e só retorna no dia 29. Em nota, a empresa apenas informou que utiliza "todas as ferramentas possíveis para tratar do excedente da força de trabalho decorrente do fechamento do turno da noite da unidade de Camaçari". Trabalhavam nesse turno cerca de 2 mil pessoas.

No ano passado, a produção na fábrica baiana, de 186 mil carros, foi 15% inferior ao previsto, e este ano, segundo Bonfim, a previsão é de queda de 10%.

Recuo

Em 2015, as vendas de veículos caíram 26% em relação a 2014. Em janeiro, os negócios foram quase 40% inferiores aos de igual mês do ano passado. A falta de reação no mercado tem levado as montadoras a anunciarem medidas de corte de produção neste início de ano.

A partir de quarta-feira, a Mercedes-Benz dará licença remunerada por tempo indeterminado a 1,5 mil trabalhadores da fábrica de São Bernardo do Campo (SP).

A Volkswagen colocará mais 800 funcionários em lay-off na fábrica de São Bernardo, após período de 20 dias de férias coletivas iniciado dia 10. A unidade já tem outros 1,2 mil operários com os contratos suspensos.

Grande parte das montadoras está com a linha de produção parada nesta semana. A maioria ampliou para a semana toda o feriado de carnaval. Os estoques são elevados e as vendas seguem em ritmo lento.

Arteb pede recuperação judicial e demite 220 trabalhadores, diz sindicato

15/02/2016 – Fonte: Paraná Online

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou nesta sexta-feira, 12, que a fabricante de autopeças Arteb, sediada em São Bernardo do Campo, demitiu na quinta-feira, 11, 220 trabalhadores, depois de ter entrado com pedido de recuperação judicial.

Ainda segundo o sindicato, a empresa recorreu à recuperação judicial por não ter conseguido crédito para salvar suas finanças. A reportagem tentou entrar em contato com a Arteb, por meio de telefone, mas não obteve resposta.

Agora, o sindicato pretende se reunir com os trabalhadores na próxima semana para analisar as alternativas e "evitar um prejuízo maior".

O presidente do sindicato, Rafael Marques, chegou a dizer que "a notícia, além de assustar, deixa a categoria em alerta". A empresa conta com 1,3 mil trabalhadores e é líder na fabricação de sistemas de iluminação automotiva.

Até ano passado, a Arteb mantinha duas unidades, uma em Diadema e outra em São Bernardo do Campo. A fábrica de Diadema teve de ser fechada e toda a operação foi concentrada em São Bernardo do Campo.

Com o pedido de recuperação judicial, a empresa pretende evitar a falência. Uma empresa faz o pedido de recuperação judicial quando perde a capacidade de pagar as suas dívidas.

A notícia surge em meio a uma crise do setor automotivo no Brasil. No ano passado, as montadoras, que são os principais clientes das fabricantes de autopeças, registraram queda de 22,8% na produção de veículos novos em relação ao volume produzido em 2014, em razão dos fracos resultados nas vendas, que caíram 26,5% na mesma comparação.

Logo no primeiro mês de 2016, os dados mostraram quedas ainda mais intensas. A produção recuou 29% ante janeiro de 2015 e as vendas tiveram baixa de 38%.

Com isso, o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) estima que suas associadas terminaram 2015 com um faturamento nominal de R\$ 63,2 bilhões, recuo de 17,7% em relação a 2014.

A retração resultou no fechamento de 29,8 mil postos de trabalho. A previsão do Sindipeças para 2016 é que mais 8,4 mil empregos sejam eliminados.

Governo demarca áreas de portos no PR e espera emplacar investimentos de R\$ 5 bi

15/02/2016 – Fonte: Paraná Online

O governo federal delimitou as linhas que separam o que é área pública e privada nos portos de Paranaguá e Antonina, ambos no Paraná. Essa medida vai permitir que pelo menos três Terminais de Uso Privado (TUPs) sejam implementados - esses projetos, juntos, somam R\$ 5 bilhões em investimentos.

Para o ministro da Secretaria de Portos, Helder Barbalho, esse é o início de uma série de investimentos. "Estamos criando as condições para que o setor privado possa aumentar seus investimentos na área portuária. Estamos projetando investimentos totais da ordem de R\$ 51 bilhões nos próximos anos, dos quais R\$ 48 bilhões virão da iniciativa privada", disse o ministro por meio de nota.

A partir dos decretos que foram publicados nesta sexta-feira, 12, definindo as poligonais (linhas ou limites), deve sair do papel o Porto de Pontal em Pontal do Paraná, um projeto estimado em R\$ 1,5 bilhão e que será tocado pela empresa paranaense JCR.

Os decretos também permitem a criação do Porto Terlip, na região do Embocuí, em Paranaguá, um projeto orçado em R\$ 2 bilhões e que será construído pelo consórcio formado pelas empresas Triunfo e Log Z. O terceiro é o projeto Novo Porto, estimado em R\$ 1,5 bilhão, sob responsabilidade da empresa Catallin

Nissan tira a Renault do vermelho em 2015

15/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Não fosse pela Nissan, a Renault encerraria 2015 no vermelho. No fechamento do balanço financeiro, a montadora francesa contabilizou prejuízo líquido de € 221 milhões, embora menor que o do ano anterior, quando houve perdas de € 333 milhões.

Por outro lado, a parceira de aliança contribuiu com € 1,97 bilhão, o que no final, descontadas todas as despesas e taxas operacionais, resultou em um lucro líquido de € 2,96 para o grupo no fechamento do exercício fiscal, contra ganhos de € 1,99 milhões no ano anterior, informa em comunicado divulgado na sexta-feira, 12.

Embora a Renault tenha somado um faturamento de € 45,3 bilhões no ano, o que representou aumento de 4,2% sobre o resultado do ano anterior, a companhia computou um resultado negativo de € 199 milhões por causa de despesas, embora tenha sido bem menor que os custos de 2014, quando somaram € 504 milhões.

No relatório, a empresa destaca os custos de reestruturação relacionados à implementação do contrato de competitividade na França, ainda em curso, além de reestruturações em alguns outros países.

O lucro operacional quase dobrou ao crescer 91,9% em 2015, para € 2,12 milhões. A margem operacional da companhia ficou em € 2,3 milhões, 5,1% do faturamento

contra fatia de 3,9% em 2014 e representou alta de 44,2% no comparativo anual. A divisão automotiva atingiu faturamento de € 43,1 bilhões, incremento de 10,9%. Sua margem operacional fechou em € 1,49 milhão, crescimento expressivo de 74,4% sobre o resultado do ano anterior e fatia de 3,5% do faturamento contra os 2,2% de um ano antes.

O relatório destaca que estes resultados se devem ao crescimento dos volumes de vendas da marca e de seus parceiros, como a Nissan e Avtovaz, e da política de redução de custos, que em 2015 resultou em uma economia de € 527 milhões.

Por outro lado, o efeito mix/preço/enriquecimento ficou negativo em € 379 milhões, principalmente em razão do impacto desfavorável pela descontinuidade de alguns modelos da norma Euro 6 que entrou em vigor na Europa.

Apesar disso, o efeito dos preços contribui positivamente em razão principalmente das altas realizadas em alguns países emergentes para compensar o efeito negativo da queda de suas moedas.

“Os resultados de 2015 marcam um avanço decisivo para a realização dos objetivos de nosso planejamento estratégico ‘Drive the Change’. A mobilização de todos e o sucesso de nossos modelos permitiram que atingíssemos nosso objetivo de margem operacional antes do previsto. Agora, devemos atingir nosso objetivo de faturamento mantendo um nível de margem superior a 5%”, declarou Carlos Ghosn, Presidente da Renault.

Por sua vez, a Avtovaz teve prejuízo de € 620 milhões, resultado de uma conjuntura difícil na Rússia, cujo mercado caiu 35% no ano passado. A empresa computou danos importantes, como os € 136 milhões de perdas operacionais, além da depreciação do valor de investimento em € 225 milhões, pelo método de equivalência patrimonial.

PERSPECTIVAS PARA 2016

Em seus insights para 2016, o Grupo Renault prevê que o mercado mundial deve ter crescimento de 1% a 2% sobre 2015. Espera-se uma alta no mercado europeu de 2% no período, o mesmo índice de alta previsto para o mercado francês. Já os mercados de Brasil e Rússia devem ficar novamente em recuo, respectivamente de 6% e 12%.

Por outro lado, a China, que deve crescer entre 4% e 5%, e a Índia, que deve avançar até 8% manterão essa dinâmica de crescimento.

Neste contexto, o grupo Renault espera aumentar o faturamento com taxas de câmbio constantes, melhorar a margem operacional e gerar um fluxo de caixa livre operacional positivo na divisão automobilística.

Mercado sobe estimativa de inflação para 2016 e vê retração maior do PIB

15/02/2016 – Fonte: G1

Os economistas do mercado financeiro elevaram novamente sua estimativa de inflação para este ano e passaram a prever uma contração maior da economia brasileira. Os dados são do relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira (15) pelo Banco Central, e que reúne dados pesquisados junto a mais de 100 instituições financeiras.

Para 2016, a expectativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, subiu de 7,56% para 7,61%, o sétimo aumento seguido. Com

isso, permanece acima do teto de 6,5% do sistema de metas do ano que vem e bem distante do objetivo central de 4,5%.

Para 2017, a estimativa do mercado financeiro para a inflação permaneceu estável em 6%. Com isso, segue distante da meta central de 4,5% do ano que vem e continua exatamente no teto de 6% do regime de metas para o período.

O IPCA ganhou força no início de 2016, chegando a 1,27% em janeiro - maior taxa mensal para janeiro desde 2003, quando atingiu 2,25%. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 10,71%.

O aumento das expectativas dos analistas das instituições financeiras para a inflação aconteceu com mais intensidade após o Banco Central manter a taxa básica de juros estável em 14,25% ao ano – o maior patamar em quase dez anos – em meados de janeiro.

Até poucos dias antes da reunião do Copom, que manteve os juros, o BC indicava que subiria a taxa Selic para tentar controlar a inflação, mas depois acabou deixando-a inalterada alegando baixo nível de atividade no Brasil e no mundo. Analistas que apontam que o BC sucumbiu a pressões políticas.

A autoridade monetária tem informado que buscará "circunscrever" o IPCA aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2016 (ou seja, trazer a taxa para até 6,5%) e, também, fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017. O mercado financeiro, porém, ainda não acredita que isso acontecerá.

Produto Interno Bruto

Para o PIB de 2016, o mercado financeiro passou a prever uma contração de 3,33% na semana passada, contra uma retração de 3,21% estimada na semana anterior. Foi a quarta piora seguida do indicador.

Como o mercado segue estimando "encolhimento" do PIB em 2015, se a previsão se concretizar, será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia – a série histórica oficial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem início em 1948.

Para o comportamento do PIB em 2017, os economistas das instituições financeiras mostraram mais pessimismo e baixaram a previsão de crescimento de 0,6% para 0,59% na semana passada – também na quarta queda consecutiva da previsão.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira.

Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a piora de suas estimativas e passou a prever uma contração de 3,5% para o PIB brasileiro neste ano e um crescimento zero para 2017.

Taxa de juros

O mercado financeiro manteve sua estimativa para a taxa básica da economia no final deste ano em 14,25% ao ano – atual patamar da taxa Selic. Isso quer dizer que os analistas continuam não acreditando em uma nova alta dos juros no decorrer de 2016.

Já para o fechamento de 2017, a estimativa para a taxa de juros subiu de 12,50% para 12,75% ao ano - o que pressupõe queda menor dos juros no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Câmbio, balança e investimentos

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2016 subiu de R\$ 4,35 para R\$ 4,38. Para o fechamento de 2017, a previsão dos economistas para o dólar permaneceu em R\$ 4,40.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2016 recuou de US\$ 36,35 bilhões para US\$ 36,10 bilhões de resultado positivo. Para o próximo ano, a previsão de superávit ficou estável em US\$ 39,3 bilhões.

Para 2016, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil ficou inalterada em US\$ 55 bilhões e, para 2017, a estimativa dos analistas permaneceu em US\$ 60 bilhões.

Tempestade perfeita: podemos estar caminhando para uma nova crise global?

15/02/2016 – Fonte: G1

Não faz nem uma década que as bolsas em todo o mundo desabaram com o anúncio da quebra do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos, e já há quem sinta as vibrações de um novo terremoto financeiro de proporções globais.

Diante da freada da economia chinesa, da brusca queda do preço do petróleo e da expansão do fenômeno dos juros negativos em países ricos, alguns economistas têm defendido que uma nova crise como a de 2008 estaria se avizinhando.

O megainvestidor George Soros, por exemplo, levantou essa possibilidade durante um evento no Sri Lanka, no mês passado. "Quando olho para os mercados financeiros há um sério desafio que me faz lembrar da crise de 2008", disse.

Há, certamente, quem considere as comparações exageradas – ou mesmo perigosas, como afirmou o Secretário do Tesouro americano, Jacob Lew. "Adoto um otimismo cauteloso ao olhar essas muitas áreas (da economia global) em que há riscos", disse Lew em entrevista a BBC News. "Acho importante não permitir que esses riscos se tornem profecias autoanunciadas."

No entanto, mesmo autoridades e economistas mais céticos sobre um novo crash global admitem que 2016 começou com um perigoso "coquetel" de ameaças econômicas – como definiu recentemente o ministro das Finanças britânico, George Osborne.

Mas, afinal, quais são os sinais que estão gerando tanta incerteza no que diz respeito à economia internacional? E como essas turbulências poderiam afetar o Brasil em um momento em que o país tenta superar dificuldades internas?

Para o professor de economia da PUC Antônio Carlos Alves dos Santos, a economia internacional enfrenta uma espécie de "tempestade perfeita". As dificuldades começaram com o desaquecimento da China e seu impacto sobre os preços das commodities.

No início do ano, uma grande instabilidade da bolsa de Xangai reforçou as suspeitas de que a economia chinesa poderia ter uma desaceleração drástica – o que no jargão econômico é conhecido como "hard landing". Soros, ao fazer o paralelo com 2008, mencionou justamente as incertezas sobre o gigante asiático.

"A China tem um grande problema de adaptação", disse, explicando que o país está com dificuldades para encontrar um novo modelo de crescimento.

Petróleo e juros

A queda do preço do barril de petróleo para abaixo dos US\$ 30 também foi um fator que ampliou o clima de incertezas em 2016. O produto já acumula uma desvalorização de 70% desde 2014.

Primeiro, em função de uma demanda fraca – para a qual também contribuiu o desaquecimento chinês. Segundo, porque o período de bonança do setor impulsionou uma série de investimentos em novas áreas de exploração e fontes alternativas de combustível fóssil - o que acabou levando a uma superprodução.

"Agora, a incógnita é como as empresas do setor e seus credores serão afetados por esse novo patamar de preços", diz Santos.

"Temos rumores, por exemplo, de que produtoras de gás de xisto nos EUA estão passando por sérias dificuldades financeiras", completa Wilber Colmerauer, diretor do Emerging Markets Funding, em Londres. "E também há dúvidas sobre o impacto desse novo cenário nos bancos que emprestam para empresas e países produtores."

A terceira fonte de incertezas no cenário global são as taxas de juros negativas adotadas por alguns países para seus títulos e depósitos das instituições financeiras nos Bancos Centrais. Colmerauer explica que essas taxas negativas comprimem as margens de lucro dos bancos – então há quem acredite que alguns deles podem ter problemas.

"A verdade é que nunca vimos tantos países adotarem essa política de juros negativos, trata-se de um fenômeno novo. Então há muita incerteza sobre quais podem ser suas consequências", diz. Segundo o banco J.P. Morgan, há hoje cerca de US\$ 6 trilhões em títulos públicos com juros negativos, o dobro do que há dois meses.

Na semana passada, até o FED, o Banco Central americano, anunciou que deixaria em aberto a possibilidade de adotar os juros negativos em função das adversidades da economia global, gerando grande alvoroço nos mercados que esperam um aumento da taxa este ano.

Já praticam juros negativos em seus títulos ou como taxa de referência o Banco Central Europeu, a Suécia, a Dinamarca e a Suíça, além do Japão, que recentemente emitiu pela primeira vez um título de longo prazo com rentabilidade negativa.

Se um país adota os juros negativos, na prática os investidores têm de pagar para emprestar seu dinheiro – em vez de receber uma remuneração. Os bônus de dez anos do governo do Japão, por exemplo, foram negociados por -0,035%, o que significa que quem emprestar para o país hoje, daqui a uma década poderá reaver um pouco menos do valor investido.

O fenômeno é impulsionado por uma corrida por economias de baixo risco. A lógica é que há tanta instabilidade no mercado que os investidores não se importam em perder um pouco de dinheiro pela certeza de que seus ativos estarão seguros. Do lado das

autoridades financeiras, o objetivo é estimular investimentos na economia real e, em alguns casos, combater a deflação – ou seja, a queda sistemática dos preços.

O problema é que muitos interpretam essa política como um sinal de que as autoridades financeiras do país em questão não acreditam que sua economia vá melhorar tão cedo – e continuam preferindo perder pouco sem risco a arriscar perder muito investindo em uma economia pouco dinâmica.

O fato do FED ter mencionado a taxa de juros negativa como uma opção, por exemplo, acabou sendo interpretado pelos mercados como um sinal de que o banco ainda não considera que a retomada da economia americana é segura.

Queda no crescimento

Recentemente, o Banco Mundial contribuiu para essas visões mais pessimistas ao revisar sua previsão de crescimento para a economia global este ano de 3,2% para 2,9%.

Para Santos, porém, o cenário complicado não quer dizer que haverá um crash.

"Há uma compreensão dos líderes globais de que isso deve ser evitado e várias medidas podem ser tomadas nessa direção", diz ele. "Só para mencionar um exemplo: a Arábia Saudita pode ser convencida a cortar sua produção de petróleo e voltar a atuar com uma estabilizadora desse mercado."

No que diz respeito ao impacto de um eventual aumento das turbulências externas no Brasil, parece haver certo consenso de que se já não estava fácil para o país voltar a crescer em função de fatores internos – como a crise política –, a tarefa ficaria ainda mais difícil com um vendaval lá fora.

O atual cenário, de desaceleração das economias do sul do globo, é bem diferente do da crise de 2008, quando países emergentes atraíram a atenção de investidores que não conseguiam mais ganhar dinheiro em países desenvolvidos.

Fuga de capitais

Segundo Colmerauer, hoje uma nova crise global poderia gerar uma fuga de capitais do Brasil (embora, para ele, também não haja sinais claros de que caminhamos para um colapso).

O resultado seria uma desvalorização ainda maior do real que, ao afetar o preço de produtos importados ou exportáveis (que no geral seguem os preços do mercado externo), pressionariam a inflação.

As exportações poderiam ganhar competitividade com um real mais fraco. Por outro lado, com uma economia global menos aquecida, a demanda por produtos exportados também seria menor.

"Com essa onda de juros negativos, podemos dizer hoje que o crédito está barato para quem tem um bom nome na praça", diz Colmerauer. "Fossem outros tempos o Brasil poderia se aproveitar disso e tomar recursos emprestados para investir em infraestrutura, por exemplo. Mas com as nossas dificuldades internas, problemas econômicos e a perda de grau de investimento estamos em um outro grupo de países: o dos que tem cada vez mais dificuldade para atrair recursos mesmo aumentando muito suas taxas de juros."

Para Santos, um dos grandes problemas para o Brasil é que a falta de acordo entre os grupos políticos pode dificultar uma reação a qualquer situação mais complicada que possa surgir no cenário internacional.

"Em situações de crise global, muitas vezes é preciso dar respostas rápidas", diz ele. "Mas o governo e a oposição estão demonstrando ter uma imensa dificuldade de chegar a consensos, em construir uma pauta mínima em nome de um bem comum", opina.

Tombo da economia mineira em 2016 deve ser maior que no país

15/02/2016 – Fonte: EM.com



Sem margem de manobra, empresários da indústria de Minas Gerais e o governo mineiro já trabalham com projeções de encolhimento da produção de bens e serviços medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) da própria indústria e do estado, neste ano, em intensidade maior do que se espera para o país.

O tom da queda é dado pelo agravamento das dificuldades dos setores de mineração e metalúrgico, diante da drástica redução da demanda enfrentada por eles, e, conseqüentemente, da produção, e da baixa dos preços no mercado internacional.

Minas deve sofrer mais que o Brasil, de novo, em 2016, devido ao peso que tem a cadeia de produção do minério ao aço, passando pelos segmentos intermediário do ferro-gusa e da fundição, até a fabricação de estruturas de metal, estimado hoje em 40% do PIB da indústria mineira.

O cenário desfavorável não parece ter limites para quem tem acompanhado o derretimento das ações das empresas âncoras dessas atividades, todas com atuação em Minas, a mineradora Vale S.A, as siderúrgicas Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o grupo Gerdau (veja o quadro).

Nem mesmo quando considerados em bloco os segmentos que têm perspectiva de melhorar seu desempenho – as indústrias químicas, de celulose, e de alimentos –, contam com gás suficiente para compensar o baque vivido pela mineração e a metalurgia em Minas, afirma Lincoln Gonçalves Fernandes, presidente do Conselho de Política Industrial e Econômica da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

"Eles não têm margem para compensar as perdas de principais setores da indústria mineira, que dependem de como se comporta o mercado internacional", afirma.

Trabalhando para buscar investimentos disponíveis em ramos da indústria ainda aquecidos como o químico de fertilizantes, e de alimentos e bebidas, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, Altamir Rôso Filho, admite que o estado tem pouco poder de atuar na turbulência dos mercados mineral e siderúrgico. "A única saída que nós temos é desenvolver cada vez mais condições técnicas para produzir a

um custo mais baixo, adotando inovação e tecnologia para vencer as dificuldades”, diz.

No domínio da economia, com a engrenagem que a mineração e a metalurgia fazem girar, a indústria mineira não só influencia o PIB do estado, como responde por mais de 50% da arrecadação de impostos, além da geração de empregos.

O Instituto Aço Brasil (IABr), que classifica a crise atual como a pior já vivida pela siderurgia brasileira, está revendo o impacto do freio imposto à produção e ao quadro de pessoal das empresas, devido ao agravamento das condições em que as usinas estão trabalhando.

O retrato do setor em novembro do ano passado mostrava 60 unidades desativadas ou paralisadas, das quais dois altos-fornos, quatro aciarias, oito laminadores e quatro unidades de mineração. Contadas desde janeiro de 2014, as demissões no setor haviam alcançado 22.260 trabalhadores.

Socorro O presidente-executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes, defende medidas emergenciais em socorro às empresas, incluindo ações de proteção do mercado interno contra as importações, como fizeram outros países.

“No caso da indústria do aço, há uma peculiaridade danosa de 700 milhões de toneladas excedentes no mundo, das quais 400 milhões de toneladas se concentram na China, uma economia que não tem nenhum compromisso com regras de mercado. Isso levou a um surto de protecionismo no mundo”, sustenta.

As siderúrgicas brasileiras partiram para um esforço exportador, com a valorização do dólar, mas a despeito do crescimento de 40% das vendas externas de aço do país no ano passado, a receita em dólares caiu 3,3%, anulada pela queda dos preços puxadas por países produtores como a China e a Rússia.

De acordo com as previsões mais recentes divulgadas pelo IABr para 2016, no mercado brasileiro as vendas deverão diminuir 3,9% frente a 2015, quando já haviam recuado 16,1%. O consumo aparente de aço (somatório de vendas no Brasil e importações), por sua vez, tende a cair 5,1% neste ano, em seguida à retração de 16,7% em 2015, frente ao ano anterior.

De janeiro a setembro do ano passado, o PIB de Minas sofreu mais que o do Brasil, com base nos últimos dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte.

A economia encolheu 4,8% em Minas e 4,5% no Brasil no terceiro trimestre de 2015, frente a idêntico período de 2014. A comparação foi, da mesma forma, desfavorável para o estado, no primeiro e no segundo trimestres, com quedas de 5% e 3,3% do PIB, ante resultados negativos de 2% e 3%, respectivamente, no país.

NA BOLSA A China é também o bordão de impacto nos rumos da indústria da mineração, como maior consumidora da produção mineira e brasileira, portanto, quem define os preços em ciclo de baixa.

Para o analista e consultor do setor Pedro Galdi, dono da Galdi Investimentos, nada indica mudanças na encruzilhada em que a mineração e a siderurgia se meteram. “Não há melhora à vista no cenário da economia nem aqui, nem lá fora.

Minas Gerais sofre mais porque há grande ativos dos dois setores em atuação no estado como a Vale e a Samarco (paralisada depois do rompimento da barragem de

rejeitos de minério de ferro do Fundão em Mariana), e a Usiminas, maior empresa brasileira de siderurgia", afirma.

Com ações em queda expressiva nos últimos 12 meses, apenas neste ano até ontem as ações preferenciais Vale5, da Vale S.A, caíram cerca de 26%, enquanto os papéis ordinários (ON) perderam 10,24% de seu valor na Bovespa.

No mesmo período, ações preferenciais da Usiminas (Usim5) e da Gerdau (GGBR4) tiveram desvalorização, respectivamente, de 45% e 19%. "Em algum momento haverá um repique, com alguma notícia que atraia o investidor, mas o ano será difícil em termos das ações", observa Galdi.

Governo deixa reforma trabalhista de lado para priorizar Previdência

15/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Sob o argumento de que não dá para comprar mais de uma briga ao mesmo tempo, o governo Dilma Rousseff desistiu de propor, neste momento, uma reforma trabalhista e vai focar suas "energias" na da Previdência.

A equipe da presidente diz que o tema não será abandonado, mas considera que, neste momento de desemprego alto, seria impossível aprovar mudanças na legislação trabalhista que dessem mais força para a negociação direta entre patrões e empregados.

Assim que foi escolhido, no fim de 2015, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, elegeu entre as prioridades buscar duas reformas: a da Previdência e a trabalhista.

A ideia foi encampada pelo Planalto, que também passou a defender a proposta de que acordos coletivos entre trabalhador e patrão poderiam prevalecer sobre a legislação como forma de dar mais competitividade à economia.

Inicialmente, o governo queria negociar as duas reformas na primeira reunião deste ano do Fórum Nacional de Previdência e Trabalho, composto por empresários e trabalhadores, que acontecerá nesta quarta-feira (17).

A equipe de Dilma acreditava até que teria o apoio de algumas centrais sindicais, que já defenderam a medida no passado, mas foi avisada de que a crise, com desemprego em alta, impossibilita negociações nessa área.

FRUSTRAÇÃO

A decisão frustra o empresariado, que comemorara o anúncio do ministro Nelson Barbosa de, enfim, priorizar a reforma trabalhista.

Dentro da equipe econômica, o discurso é semelhante ao do Palácio do Planalto: não há clima para negociar as duas reformas e, se insistir, o governo corre o risco de ficar sem nenhuma delas.

Daí a decisão de priorizar a da Previdência, considerada essencial para sinalizar compromisso com o equilíbrio das contas públicas no médio e longo prazos.

O problema do governo é que até a da Previdência, defendida por Dilma, conta com resistências na Esplanada dos Ministérios.

O ministro Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência) deixou claro que o assunto não pode ser discutido com pressa nem urgência, como defende o Ministério da Fazenda, preferindo uma negociação mais lenta.

Rossetto deixou isso claro em nota divulgada na semana passada, ao afirmar que, por enquanto, o fórum vai tratar de estudos e reflexões sobre a Previdência Social.

ENTRAVES NA BASE

No Congresso, o governo terá também dificuldades em conseguir apoio do próprio PT, contrário à proposta, além de outras legendas, como PC do B, PTB e PDT.

A proposta que a Fazenda irá apresentar a trabalhadores e empresários no fórum, na quarta-feira, prevê um processo de unificação dos regimes de Previdência no país a partir de 2027.

Neste ano, termina a elevação gradual da fórmula 85/95 até atingir 90/100 —soma de idade e tempo de contribuição para mulheres e homens se aposentarem com benefício mais elevado.

Em um dos cenários, a unificação das regras de aposentadoria —mesma idade para homens e mulheres, de trabalhadores rurais e urbanos e de servidores públicos e empregados do setor privado— seria concluída em 2040.

Ou seja, seria criado um período de transição, durante o qual as regras começariam um processo de unificação.

O que significa que homens e mulheres se aposentariam com a mesma idade ao final da fase de transição.

Entre as propostas, o governo quer já estabelecer uma idade mínima a partir de 2027, mas ela conviveria como critério de aposentadoria com a fórmula 85/95 até que as regras da Previdência fossem totalmente unificadas.

*

A ESCOLHA DE DILMA

Só uma reforma vive

1) O que poderia mudar nas relações trabalhistas?

A proposta era que acordos coletivos entre trabalhadores e patrões pudessem prevalecer sobre a legislação

2) Qual era o objetivo?

A ideia foi apresentada como uma das prioridades do novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, como forma de dar mais competitividade à economia do país

3) Como seria conduzida?

O governo pretendia negociar as mudanças na primeira reunião deste ano do Fórum Nacional de Previdência e Trabalho, composto por empresários e trabalhadores, que acontecerá nesta quarta (17)

4) Por que o governo mudou de ideia?

Embora algumas centrais sindicais já tenham defendido a medida no passado, a crise econômica, com desemprego em alta, praticamente impossibilita qualquer negociação nessa área

5) Qual a nova estratégia da equipe econômica?

Priorizar a reforma da Previdência, considerada essencial para sinalizar compromisso com o equilíbrio das contas públicas no médio e longo prazos

6) Mudar a Previdência será mais fácil?

A reforma é defendida pela presidente, mas conta com resistências no governo. O ministro Miguel Rosseto (Trabalho e Previdência) afirma que não deve haver pressa, como defende a Fazenda

O ICMS foi aprovado, e agora?

15/02/2016 – Fonte: Contábeis.com

O ICMS acaba de ser aprovado e já está causando dúvidas e inquietações em nossos empreendedores. Que tal entender um pouco mais sobre essa regra e descobrir como ela pode afetar o seu negócio ?

A burocracia em torno do sistema tributário brasileiro não é nenhuma novidade – inclusive, o tema já foi foco de inúmeras discussões e debates na sociedade.

O impacto nas empresas é enorme: de acordo com o IBPT, mais de 1000 novas normas tributárias são criadas todos os meses, desde 1988.

Tudo isso, somado à complexidade da legislação brasileira, torna o Brasil um ambiente hostil para qualquer empreendedor.

Em tempos de crise, espera-se que o Governo estimule o crescimento das empresas e, conseqüentemente, a economia do país.

Porém, iniciamos 2016 na contramão, com mais mudanças e complicações, que, desta vez, impacta fortemente as empresas de e-commerce, em relação ao recolhimento do ICMS interestadual.

A NOVA REGRA

Desde 1º de janeiro de 2016, entraram em vigor novas regras para a arrecadação de ICMS. Até o fim de 2015, o imposto era recolhido integralmente ao Estado de origem das mercadorias.

A nova mudança (emenda constitucional 87/2015) determina a repartição gradativa da cobrança de ICMS entre os estados de origem e destino.

Esta era uma demanda de estados, como os do nordeste, que perdem arrecadação por não serem os grandes centros de origem das mercadorias.

Em outras palavras, sua população comprava, mas o imposto não gerava benefícios para o seu estado, mas sim para o estado produtor.

O infográfico publicado pelo Estadão resume as principais mudanças:

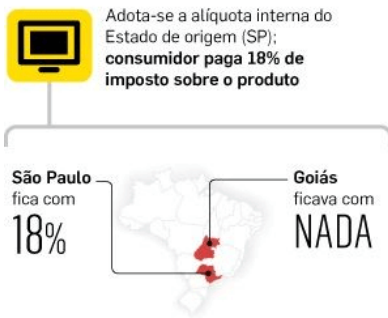
RATEIO ENTRE ESTADOS

● Nova lei do e-commerce muda repartição do ICMS em operações interestaduais

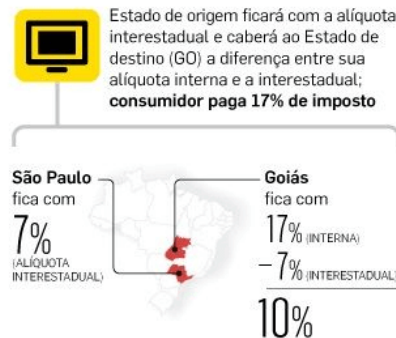
Compra online



Como era



Como ficou



Alíquota em cada Estado

<p>19%</p> <ul style="list-style-type: none"> Rio de Janeiro 	<p>18%</p> <ul style="list-style-type: none"> Amazonas Amapá Bahia Distrito Federal Maranhão Minas Gerais Paraíba Paraná Pernambuco 	<p>17%</p> <ul style="list-style-type: none"> Acre Alagoas Ceará Espírito Santo Goiás Mato Grosso Mato Grosso do Sul Pará Piauí Rondônia Roraima Santa Catarina
--	---	--

Mudança progressiva

A DIFERENÇA ENTRE A ALÍQUOTA INTERNA DO ESTADO DESTINATÁRIO E A INTERESTADUAL SERÁ PARTILHADA NA SEGUINTE PROPORÇÃO



FONTES: CONFAZ E FGV DIREITO.SP

INFO@PÁRISO/ESTADÃO

IMPACTO NA VIDA DOS EMPREENDEDORES

A nova proposta pretende resolver a demanda dos estados e tornar a arrecadação mais justa, mas para isto cria mais burocracia na vida do empreendedor. Já vimos depoimentos emblemáticos de alguns dos milhares de empreendedores que são impactados por essa mudança, como o Thiago Fiorin, o Igor Gaelzer e o Silvano Spiess.

O principal problema enfrentado por eles é a complexidade tributária gerada e o impacto nos seus custos e nas suas operações, fatores que podem até inviabilizar os seus negócios. Alguma das principais questões enfrentadas pelos empreendedores:

- O empreendedor precisa ter uma inscrição estadual para cada estado que for vender (o que nem sempre é simples de ser feito, além de gerar custos). Além disso, não existe padronização e em cada estado se tem diferentes campos para preencher, deixando o processo mais difícil de ser feito;
- Mesmo que o empreendedor seja um optante pelo Simples Nacional, ele ainda terá que lidar com mais uma obrigação acessória, tendo assim que gerar mais uma guia para pagar a diferença da alíquota entre os estados. Além da

burocracia, aumenta o seu custo, indo contra os direitos de tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas;

- Para cada venda feita a outro estado, o empreendedor precisará entrar nos sistemas de emissão de guias de pagamento (diferente para cada estado), imprimir, pagar a guia e anexá-las à NF do produto, antes de despachá-lo para o comprador. O governo não oferece um sistema automatizado para fazer isto, o que onera ainda mais a operação do empreendedor;
- O empreendedor precisará de mais capital de giro, pois a nova medida aumenta a carga tributária em até 11%, dependendo do estado de destino. O conselho do tributarista Marcos Tavares Leite é que o empreendedor recolha o imposto no ato da nota, antes do pedido ser faturado;
- O Estado transferiu para o empreendedor a responsabilidade de não apenas recolher a parte do imposto do consumidor de outro estado, como realizar todos os cálculos devidos, sujeitando-os aos custos das mudanças necessárias e riscos de cálculos errados ou omissões. Isso acarreta em mais custos e riscos para o empreendedor;
- Por fim, as grandes empresas terão dificuldades técnicas e financeiras para se adaptarem. No entanto, para o pequeno e médio empreendedor, essa adaptação, além de cara, pode inviabilizar a sua operação, fazendo com que ele não consiga crescer ou até mesmo precise fechar o seu negócio.

O QUE PODE SER FEITO PARA RESOLVER ESTE PROBLEMA

As modificações impostas pelas novas regras de ICMS fazem com que empresas tenham que investir tempo e dinheiro consideráveis em escritórios e ou áreas contábeis internas, apenas para compreender tantas mudanças.

Ou pior ainda: para se livrarem da dificuldade, algumas acabam operando na informalidade.

Além disso, as pequenas e médias empresas são as que mais sofrem com a burocracia, pois com uma estrutura enxuta, muitas vezes deixam de focar no negócio para resolvê-la. A emenda é inconstitucional, afetando diretamente o Simples, além de gerar uma enorme complexidade tributária.

A burocracia também impacta os governos. Muitos estados, além de não atenderem a demanda mensal de fiscalização, por exemplo, agora tem que se preocupar também em fiscalizar estas operações e, eventualmente, contar com o suporte dos outros estados. Ou seja, o processo atual também aumentará custos do governo.

A ENDEAVOR ACREDITA QUE O BRASIL PRECISA DE UM SISTEMA TRIBUTÁRIO SIMPLES E EFICIENTE, QUE, ALÉM DE ARRECADAR O SUFICIENTE PARA QUE O ESTADO TENHA CONDIÇÕES DE PRESTAR SEUS SERVIÇOS, PERMITA QUE AS EMPRESAS CRESCAM.

É importante que haja uma divisão justa dos tributos interestaduais, mas o problema é a maneira como tudo está sendo executada. Mais do que isso, as constantes mudanças nas obrigações acessórias e atualizações de alíquota forçam o empreendedor a gastar energia no que não é produtivo.

Com um sistema tributário eficiente, os empreendedores deixarão de investir tempo e esforço para entender a complexidade do sistema e irão se preocupar com o que de

fato importa: oferecer produtos de qualidade, ser competitivo, buscar novas tecnologias, e, conseqüentemente, gerar mais empregos para o país.

No caso da emenda 87/2015, algumas soluções são necessárias para evitarmos maiores danos aos empreendedores:

1. Que o Confaz e o Ministério da Fazenda acatem as sugestões propostas pelo Sebrae, apontadas no ofício de 20 de janeiro de 2016, principalmente no que se refere a revisão do artigo 9 do convênio 93/2015.

Assim, as empresas optantes pelo Simples Nacional não serão impactadas pela emenda 87/2015. O rateio do ICMS entre os estados provenientes do simples deve ser decidido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

2. Que o Governo invista em tecnologia e sistemas de dados integrados, não impondo assim a burocracia para os empreendedores, mas sendo ele o responsável por fazer os repasses das alíquotas entre os estados, como também é sugerido pelo ofício.

Todas as empresas submetidas ao convênio 93/2015, sejam elas optantes ou não pelo Simples, devem ter o seu pagamento de tributos em uma guia automaticamente calculada por um sistema do governo.

Maior indústria de máquinas pesadas da China estuda negócios no Acre

15/02/2016 – Fonte: CIMM

O governador Tião Viana recebeu na tarde desta quinta-feira (11) representantes da indústria estatal de máquinas pesadas da China, XCMG. A comitiva da empresa foi formada pelo presidente mundial da montadora, Yansong Wang, e o presidente da indústria no Brasil, Jinshing Cui, que vieram ao Acre para conhecer as potencialidades da região, além de demonstrar interesse em instalações próprias no Estado para poderem negociar com o mercado andino.

A XCMG é uma empresa estatal, a maior fabricante de máquinas para construção civil da China e a quinta no mundo. A empresa conta com mais de 35 mil funcionários, distribuídos em 22 fábricas em sua cidade sede, Xuzhou, além de outras instalações em Shanghai e Beijing, também na China. Possui uma montadora em Pouso Alegre (MG), num investimento de 500 milhões de dólares.

“Vivemos um momento em que podemos transformar o Acre num portal para o Pacífico. Por 500 anos o Oceano Atlântico foi nossa maior rota comercial, mas nos próximos séculos será o Pacífico”, disse o governador Tião Viana ao apresentar as potencialidades do Estado.

Ele também falou que esteve recentemente no Peru – em viagem por terra – e encontrou a Rodovia Interoceânica em perfeitas condições. Segundo o governador, utilizando-a em vez do Canal do Panamá, pode-se economizar até 14 dias para a China.

O presidente mundial da XCMG, Yansong Wang, conta que sua visita também tem um caráter diplomático entre o Acre e a China. Ele conheceu de perto empreendimentos do Estado voltados à área de alimentos, madeira, criação de animais e plantio, e convidou o governador para uma visita à China.

Wang destacou ainda que tentará agendar uma nova visita do embaixador chinês ao Acre e ressaltou a importância do projeto da Ferrovia Interoceânica, que tem parceria entre Brasil e China.

“O Acre é um estado estratégico para alcançar os países andinos. A XCMG tem estabelecido um fundo de investimentos de R\$ 30 milhões para o Brasil. E até maio deste ano finalizaremos o projeto da ferrovia, e esperamos que o governo do Brasil dê prioridade”, explicou Yansong Wang.

Tião Viana também relatou as vantagens da instalação de uma indústria da XCMG na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) acreana, e o presidente Wang prometeu um estudo de viabilidade. O deputado federal Leo de Brito acompanhou a reunião e garantiu apoio nos interesses da indústria no Acre.

Empresas criam ferramentas para facilitar pagamento do ICMS

15/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os novos procedimentos para pagamento de ICMS no comércio eletrônico fizeram surgir rapidamente ferramentas tecnológicas que têm como objetivo agilizar a emissão de guias de recolhimento.

Para usá-las, o empresário deve emitir a nota fiscal eletrônica e importá-la para uma dessas plataformas.

Em seguida, ele receberá as guias de recolhimento de imposto para pagar com as informações já preenchidas. Ferramenta do tipo pode ser encontrada gratuitamente no site GeraGnre (<http://geragnre.com>), lançado pela empresa ContaAzul, de sistemas de gestão).

Já no portal GeraGuia (www.geraguia.com.br) é possível enviar cinco notas fiscais gratuitamente para receber guias preenchidas e também assinar planos com valor entre R\$ 19,90 e R\$ 59,90 ao mês. A empresa Contabilizei, de serviços de contabilidade pela internet, também incluiu uma ferramenta do gênero para clientes, que pagam a partir de R\$ 99 ao mês por pacote de serviços contábeis.

Por enquanto, essas ferramentas não conseguem gerar as guias em operações que envolvem os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Renda do brasileiro cai e recua diante de outros emergentes

15/02/2016 – Fonte: Exame.com



Segundo dados do FMI, a renda per capita do brasileiro (em paridade do poder de compra), diminuiu – passou de US\$ 16,2 mil em 2014 para US\$ 15,7 mil em 2015. Isso fica 10% abaixo da média dos outros emergentes, como China, Índia, Indonésia e Peru. Desde 2000, quando a renda média no Brasil saltou de US\$ 9,14 mil para US\$

16,15 mil (2014), a média tinha caído apenas uma vez, em 2009, logo após a grave crise financeira de 2008.

A queda de 2015 é a primeira desde 2009.

Em 2016, a renda per capita média deve cair ainda mais, ficando em US\$ 15,58 mil. Em 2017, entretanto, o país deverá retomar o crescimento.

Em 2020, segundo o FMI, a renda per capita no Brasil chegará a US\$ 18 mil. Ainda assim, será bem abaixo da média dos outros países, de US\$ 21,6 mil.

Argentina anuncia fim de impostos sobre exportação mineradora

15/02/2016 – Fonte: O Globo



O presidente da Argentina, Mauricio Macri, anunciou nesta sexta-feira que vai eliminar impostos sobre exportações mineradora, uma medida que visa atrair investimentos para ativar a atividade no país após anos de regulações sobre a economia. O governo já eliminou tarifas sobre as vendas de trigo e milho ao exterior e das exportações industriais e reduziu os tributos sobre a soja.

"As retenções que o Estado aplicou de 5% e 10% nos produtos minerais exportáveis significou um obstáculo importante para o crescimento do setor, o que originou uma perda de competitividade que desacelerou investimentos que acabaram indo para outros países mineradores como o Perú, Chile, Colômbia e Brasil", afirmou a Presidência em comunicado.

A eliminação das impositões sobre a exportação se soma à forte desvalorização do peso argentino em dezembro após a suspensão das restrições cambiais impostas ao mercado de câmbio pela gestão anterior de Cristina Kirchner.

— Esse tipo de política não beneficia quem já está investindo na Argentina como também resultam (em políticas) extremamente atrativas e animadoras para todos os interessados no potencial geológico que o país tem — declarou Bautista Ordóñez, diretor executivo da mineradora Barrick Argentina.

Em setembro, um assessor de Macri afirmou que o governo buscava impulsionar o rendimento das províncias de principal atuação do setor e melhorar os controles ambientais para fomentar a atividade.

Novo Marco Legal da Inovação é positivo, mas falta ousadia, diz vice-presidente da Fiesp

15/02/2016 – Fonte: Fiesp

A Lei nº 13.243, sancionada em 11 de janeiro de 2016, alterou o Marco Legal da Inovação do Brasil. O objetivo da nova lei é aprimorar as ações para o incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Na análise

de José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da entidade, o impacto será positivo, mas faltou ousadia na revisão dos instrumentos de apoio à inovação para as empresas.

“Nossa principal crítica à lei aprovada é ela ter desconsiderado o aprimoramento dos incentivos fiscais à inovação e a necessidade de estendê-los às empresas que fazem a declaração de IRPJ pelo lucro presumido”, afirma Roriz Coelho.

Com um ambiente de negócios hostil a investimentos de alto risco tecnológico e mudanças apenas pontuais nos mecanismos de apoio, explica o diretor do Decomtec, o Brasil poderá se distanciar ainda mais das principais rotas de desenvolvimento tecnológico do mundo.

O apoio do governo à inovação no Brasil corresponde a 0,03% do PIB, muito abaixo, por exemplo, do que é oferecido nos Estados Unidos (em que o incentivo federal sozinho equivale a 0,27% do PIB), na França (0,37%) e na Coreia do Sul (0,38%).

Para impedir esse quadro, a Fiesp, diz Roriz Coelho, será insistente junto aos parlamentares de modo a promover uma revisão agressiva nos instrumentos de apoio à inovação, em especial nos incentivos fiscais.

O que é o novo Marco Legal da Inovação?

O novo marco legal atualizou principalmente a Lei da Inovação (Lei nº 10.973), que data de 2004, e também promoveu alterações nas leis que tratam das compras públicas, da atuação de Instituições Científicas e Tecnológicas e também Fundações de Apoio das universidades, além das leis que regem o trabalho de pesquisadores e professores. Ao todo, nove leis foram alteradas.

Principais mudanças para as empresas

- a) Subvenção econômica: permissão para que os recursos sejam destinados para despesas de capital. Antes, era restrito apenas às despesas correntes.
- b) Bônus tecnológico: será concedido às MPMEs por meio de subvenção econômica destinada ao pagamento pelo uso de infraestrutura de P&D, serviços tecnológicos, ou transferência de tecnologia.
- c) Importação de insumos para pesquisa: permissão para que empresas se beneficiem de isenções e reduções do imposto de importação desde que estejam envolvidas na execução de projetos de P&D, cujos critérios e habilitação serão estabelecidos em regulamento.
- d) Compartilhamento de infraestrutura: empresas de qualquer porte poderão utilizar a infraestrutura de Instituições Científicas e Tecnológicas públicas; antes era restrito apenas às MPMEs.
- e) Bolsas: previsão de bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, mas sem detalhar o modus operandi.
- f) Participação minoritária do governo no capital social de empresas: esta possibilidade independe de serem empresas privadas de propósito específico, como era na primeira versão da Lei da Inovação. E nos casos em que o governo é sócio minoritário, a propriedade intelectual resultante será da empresa; anteriormente, deveria ser compartilhada entre todos os sócios.
- g) Atração de centros de P&D de empresas estrangeiras: a União e os demais entes federativos deverão estimular e atrair estes centros.

Principais mudanças no contexto geral

- a) Compras públicas I: a) a licitação passa a ser dispensável para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de

- obras e serviços de engenharia, a R\$ 300 mil; b) permissão para que o autor do projeto de pesquisa e desenvolvimento participe da licitação ou da execução de obra.
- b) Compras públicas II: inclusão de órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação dentre aqueles que podem usufruir do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), previsto na Lei nº 12.462/2011. O RDC foi utilizado para realização de obras do PAC, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, e tem como principal objetivo agilizar a execução dos contratos.
 - c) Incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos: prevê explicitamente que haverá mecanismos para a operacionalização de atividades nesses ambientes, inclusive, eles poderão ser parceiros de Fundações de Apoio de universidades. Na versão anterior da Lei da Inovação, estava previsto apenas que o Estado poderia "apoiar a criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos".
 - d) Encomenda tecnológica: dispensa de licitação para a aquisição de produto que tenha sido alvo de encomenda tecnológica. A versão anterior da Lei da Inovação apenas autorizava o governo a fazer a encomenda, mas não abordava o processo de compra do resultado.
 - e) Aperfeiçoamento da gestão de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e Núcleos de Inovação Tecnológica: a) as ICTs públicas deverão instituir suas políticas de inovação, dispendo sobre a organização e a gestão dos processos; b) os NITs passam a ter um papel também voltado a negócios, e poderão constituir personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos.
 - f) Pesquisadores estrangeiros terão direito a visto temporário.
 - g) Docentes no regime de dedicação exclusiva: a eles será permitido: a) ocupar cargo de dirigente em Fundações de Apoio; b) receber bolsa de pesquisa; c) aumentar o número de horas que pode dedicar a atividades fora da universidade, de 120 horas para 416 horas anuais (8 horas/semana); d) exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e) transpor, remanejar ou transferir recursos de categoria de programação para outra.
 - h) Importações de insumos para pesquisa: facilidade para importações de ICTs, pesquisadores, cientistas e empresas. Exceto as empresas, aqueles terão mais facilidades por terem credenciamento pelo CNPq.
 - i) Simplificação e transparência: é o que prevê as diretrizes gerais de procedimentos e prestação de contas.
 - j)

[Clique aqui](#) para ter acesso ao novo Marco Legal da Inovação.

ThyssenKrupp vê 2016 ainda difícil

15/02/2016 – Fonte: DCI

São Paulo - O grupo alemão ThyssenKrupp vê o cenário no Brasil ainda difícil em 2016, com incertezas políticas e econômicas, novas quedas no preço das commodities, alta da inflação e do desemprego.

A companhia citou a "contínua recessão no Brasil, o crescimento mais lento na China e o aumento da incerteza sobre a economia [global] e os efeitos no modelo de negócio do grupo" como fatores de risco para o desempenho em 2016.

A revisão para baixo da expectativa de produção e vendas de veículos no Brasil também foi destacada em relatório financeiro divulgado na sexta-feira (12).

As vendas líquidas da ThyssenKrupp caíram 5% para 9,55 bilhões de euros no quarto trimestre de 2015. Já a venda de componentes industriais avançou 9% para 1,50

bilhão de euros no período, puxada pela alta no segmento de energia eólica, principalmente na Europa, Brasil e China.

O desempenho dos segmentos de componentes para automóveis e de energia eólica ajudaram a superar a desaceleração em componentes para caminhões e máquinas para construção, além do mercado fraco no Brasil.

Aço

A alemã anunciou, em relatório, que espera queda no Ebit (lucro antes de juros e impostos) ajustado no primeiro trimestre de 2016. A divisão de aço, que responde por um quinto das vendas do grupo, deve puxar para baixo o Ebit.

No quarto trimestre de 2015, a companhia registrou 234 milhões de euros de Ebit ajustado ante 317 milhões de euros no ano anterior. A companhia registrou prejuízo líquido de 54 milhões de euros no último trimestre contra lucro líquido de 43 milhões de euros em igual período de 2014.

"Em um mercado brasileiro de aço fraco e ambiente de preços difícil, [estamos] lutando por um Ebit ajustado ao nível do ano anterior, como resultado da evolução operacional e programas de eficiência", citou a companhia.

O grupo citou pressões sobre preços e margens de lucro nos negócios de distribuição de materiais e aço como impactos negativos no período.

"O negócio de materiais continua a nos preocupar. Estamos ativamente tratando disso com nosso programa de eficiência", comentou o presidente executivo da companhia, Heinrich Hiesinger. Ele revelou que o programa deverá ter papel importante para as metas de 2015 e 2016.

Setor eólico vai investir R\$ 28 bilhões em 2016

15/02/2016 – Fonte: Usinagem Brasil



Ao contrário da maioria das atividades produtivas no Brasil, o setor de energia eólica prevê crescimento em 2016. E os números são significativos: 40% de expansão sobre o ano anterior, investimento de R\$ 28 bilhões e a geração de cerca de 50 mil empregos, de acordo com dados divulgados pela Abeeólica, a entidade que representa o setor eólico brasileiro.

Ao longo de 2016, serão instalados 165 novos parques eólicos que irão somar 4 GW à capacidade de geração de energia do País. Em 2015 - com investimento de R\$ 19,2 bilhões - foram construídos 111 parques, 16 a mais que em 2014.

"Nós crescemos 32% no ano passado em relação a 2014 e em 2016 vamos crescer em torno de 40% em relação a 2015", informa a presidente da Abeeólica, Elbia Gannoum.

O Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico, do Ministério de Minas e Energia, mostra que a capacidade instalada do setor de geração eólica cresceu 56,9%, considerando o período de 12 meses encerrado em novembro de 2015 ante os 12 meses anteriores.

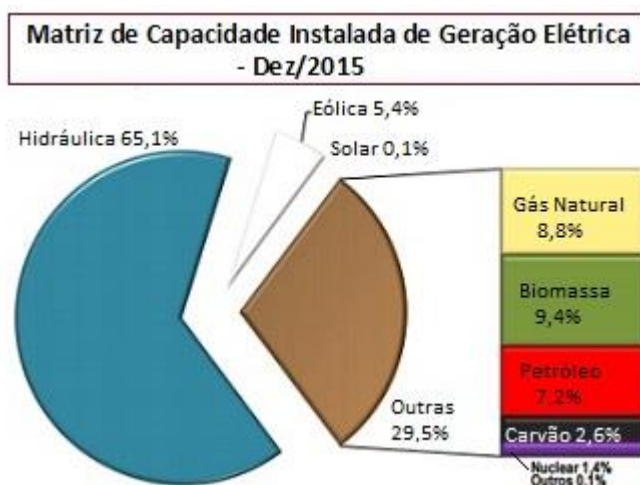
Entre todas as fontes de geração de energia elétrica, a eólica teve a maior expansão.

“Hoje, o Brasil precisa ampliar sua matriz e essa expansão passa necessariamente pela fonte eólica. Nosso País tem uma política de energia que prima pela fonte limpa, renovável e competitiva, e a fonte eólica tem essas três características”, diz a presidente da associação.

Nos cinco leilões realizados em 2015 para ampliar a capacidade de geração no País, foram contratados 1.789 MW médios de diversas fontes, com investimentos previstos em R\$ 13,3 bilhões. As energias renováveis tiveram destaque, com a contratação de energia eólica de 22 empreendimentos, 30 de energia solar e 13 de biomassa, de acordo com o Ministério de Minas e Energia.

“Neste ano, devemos atingir o equivalente a uma Belo Monte de capacidade instalada (de geração eólica). E já temos contratado o equivalente a mais de uma Itaipu, que é a segunda hidrelétrica do mundo.

As perspectivas são muito boas. Em pouco tempo a geração eólica será, depois da hídrica, uma das fontes mais importantes da matriz elétrica nacional”, destaca o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.



Em 2015, a capacidade de geração de energia eólica no Brasil atingiu 8,72 GW. A expectativa do governo, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024), é que esse número salte para 24 GW em 2024.

Caixa-Forte: Agrale montará em Caxias caminhões da chinesa Foton

15/02/2016 – Fonte: Pioneiro

Desemprego, flexibilização da jornada, saída de empresas, lojas fechando. Calma, a Serra também tem potencial (e muito!) para mudar de marcha. A coluna traz uma notícia que chega como um elixir nesse cenário de lentidão: a Agrale engatou contrato para montar caminhões da marca chinesa Foton na sua planta fabril 2, em Caxias do Sul.

A parceria já está engatada e a solenidade de assinatura deve ocorrer nas próximas

semanas (possivelmente em março), na terra da Festa da Uva. A intenção é que o ato, com pompa diante do cenário de dificuldades, reúna o governador José Ivo Sartori, além de representantes da Agrale e da Foton.

A Foton estaria estudando a implantação de uma fábrica no Estado (em Guaíba), com investimento projetado de R\$ 120 milhões. Porém, como recebeu benefícios do programa Inovar-Auto, de nacionalização de veículos, enfrenta entraves em financiamento e precisa cumprir as exigências de produção local, optou por antecipar a chegada por uma via mais rápida e eficiente, em parceria com uma montadora nacional com fábrica já montada e experiência no setor.

É onde entra em cena a Agrale, que por 14 anos foi sistemista da americana Navistar para a fabricação dos caminhões International em Caxias. Chegou a produzir cerca de 15 mil veículos pesados para a parceira.

Não sabe-se ainda se a novidade gerará novos empregos. Mas a Foton desembarca em excelente hora para diminuir a ociosidade do parque fabril e ajudar ao menos a manter os postos de trabalho. O caminhão a ser montado em Caxias seria o de 10 toneladas, com a intenção de chegar a 70% de conteúdo nacional. A produção estimada é de 100 unidades por mês.

A novidade ajudará a turbinar toda a cadeia de fornecedores de autopeças, incluindo empresas caxienses. O câmbio nas alturas deve acelerar a meta da montadora de exportar os veículos produzidos no Estado para a América do Sul. A Foton perceberá que escolheu um polo automotivo de excelência. Vai que mude de estratégia e fique na Serra.